



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSEFILH
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	PLEG	VET	00002	2011	11	01	2011	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00002 2011, aposto ao PLC 00014 2008 (PL 00439 2007 na Câmara dos Deputados).
Este processo contém 01 (uma) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VINICIUS rev. VINICIUS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00002	2011	04	02	2011	CN SSCLCN	

Juntadas fls. 2 a 4, referentes à Mensagem nº 2, de 2011-CN (nº 3/2011, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto total aposto ao PLC nº 14, de 2008.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00002	2011	08	02	2011	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

CN
À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente do ~~Senado Federal~~, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RFMORAES rev. RFMORAES
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SEXP	VET	00002	2011	08	02	2011	CN SEXP	

Recebido neste órgão às 18h50.



Anexado Ofício CN nº 90 de 17/02/11, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados solicitando a indicação de Deputados para compor a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto (fls. 05).

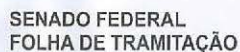
A SSCLCN.



Juntadas fls. 6 e 7 ao processo referente ao estudo do veto.

***** Retificado em 21/02/2011 *****

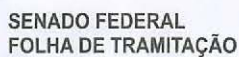
Juntadas fls. 6 e 7, referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLC nº 14, de 2008).



N.Bal		Cs./Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		VINICIUS rev. VINICIUS
	CN	SSCLCN	VET	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN	SSCLCN		
				00002	2011	17	03	2011				

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fl. 8 referente ao Ofício SGM/P nº 271, de 2011, do Presidente da Câmara dos Deputados, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

[illegible]

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	AURENICE rev. AURENICE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00002	2011	03	05	2011	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	ILAN rev. ALSOCARV
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00002	2011	03	05	2011	CN SACM	

19h - Leitura do Veto Total nº 2, de 2011.

Designação da Comissão Mista, de acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN:

SENADORES: Ana Amélia, Paulo Paim, Aloysio Nunes Ferreira, Itamar Franco.

DEPUTADOS: Artur Bruno, Lelo Coimbra, Jorginho Mello, Antônio Roberto.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 23 de maio de 2011.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 2 de junho de 2011.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VALERIAR rev. VALERIAR ret. VALERIAR
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00002	2011	13	05	2011	CN SACM	

Anexada convocação para reunião de instalação da Comissão Mista. (Fls.12).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VALERIAR rev. VALERIAR
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00002	2011	13	05	2011	CN ATA-PLEN	

Convocada Reunião para 12/05/2011, a Comissão não se instalou por falta de quorum. Presente o Senador Aloysio Nunes Ferreira, conforme Lista de Presença e Termo de Reunião às fls. 13 e 14.

Encaminhado à SSATA o Termo de Reunião para publicação.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	EDSONCB rev. OTAVIO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00002	2011	13	05	2011	CN SACM	

Publicação do Termo de Reunião no DSF de 14/05/2011.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VALERIAR rev. VALERIAR
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00002	2011	24	05	2011	CN SSCLCN	

Esgotado o prazo regimental, sem instalação da Comissão Mista, encaminhada a matéria à SSCLCN para as devidas providências.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIOUM rev. MARCIOUM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00002	2011	24	05	2011	CN SSCLCN	

Recebido nesta Secretaria, em 24-5-2011, às 16hs.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZS rev. LUIZS CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00002	2011	18	12	2012	CN ATA-PLEN	

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00002	2011	19	12	2012	CN SSCLCN	

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	SAZEVEDO rev. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00002	2011	28	08	2013	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

VET. Nº 2, DE 2011

EM 11.01.11



2

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 7, terça-feira, 11 de janeiro de 2011

b) para a liquidação das operações até 30 de junho de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso;

IV -

b) para a liquidação das operações até 30 de junho de 2011, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea a deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 30 de junho de 2011, pelo saldo devedor ajustado e consolidado nos termos da alínea a deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V de caput deste artigo;

V -

a) limite de crédito: até o valor suficiente para liquidação do saldo devedor das operações das etapas de I a 4, apurado na forma dos incisos I a III do caput deste artigo, do saldo devedor do financiamento para aquisição de títulos do Tesouro Nacional, apurado na forma do inciso IV deste artigo, e do saldo devedor das operações de custeio e de investimento contratadas até 30 de abril de 2004, de que trata o art. 7º-A desta Lei;

"Art. 8º

I - concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo IX desta Lei, para a liquidação da dívida até 30 de junho de 2011, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da renegociação, observado o disposto no § 10 deste artigo, e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;

II - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 30 de junho de 2011, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001201101100002

§ 3º Ficam suspensos até 30 de junho de 2011 as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de crédito rural de que trata este artigo.

§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 30 de junho de 2011.

§ 7º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na Dívida Ativa da União até 31 de outubro de 2010, que forem liquidadas ou renegociadas até 30 de junho de 2011, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos quadros constantes dos Anexos IX e X desta Lei.

"Art. 15.

§ 6º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações - parcelas do principal acrescidas de juros - previstas para o ano seguinte ao da realização da renegociação, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinicultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

"Art. 29.

Parágrafo único. O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações - parcelas do principal acrescidas de juros - previstas para o ano seguinte ao da realização da renegociação, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinicultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

"Art. 30.

§ 3º O produtor rural que renegociar sua dívida relativa a operação de investimento, nas condições estabelecidas neste artigo, ficará impedido, até que amortize integralmente as prestações - parcelas do principal acrescidas de juros - previstas para o ano seguinte ao da realização da renegociação, de contratar novo financiamento de investimento rural com recursos controlados do crédito rural ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, exceto quando esse financiamento se destinar a obras de irrigação, drenagem, proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, fruticultura, carcinicultura, florestamento ou reflorestamento, cabendo-lhe, nos demais casos, apresentar declaração de que não mantém dívida prorrogada nas referidas condições impeditivas para com o SNCR.

"Art. 31.

§ 2º Fica o gestor financeiro do FNE autorizado a contratar, até 30 de junho de 2011, nova operação de crédito rural, liquidada das dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase III, observando que:

"ANEXO III

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - etapas 1 e 2: desconto para liquidação da operação até 30 de junho de 2011"

"ANEXO V

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - etapa 3: desconto para liquidação da operação até 30 de junho de 2011"

"ANEXO VII

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - etapa 4: desconto para liquidação da operação até 30 de junho de 2011"

"ANEXO IX

Operações de Crédito Rural inscritas em Dívida Ativa da União: desconto para liquidação da operação até 30 de junho de 2011"

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2011; 190ª da Independência e 123ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guilherme Mantega

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 2, de 10 de janeiro de 2011. Restituição ao Congresso Nacional, de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011.

Nº 3, de 10 de janeiro de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 14, de 2008 (nº 439/07 na Câmara dos Deputados), que "Denomina José Hosken de Novais o Campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizada no município de Londrina, Estado do Paraná".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Educação e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razão abaixo:

"Ao denominar o campus de uma Universidade Federal, o projeto vai de encontro à autonomia universitária assegurada na Constituição."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 4, de 10 de janeiro de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 320, de 2009 (nº 4.855/05 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e acrescenta dispositivos ao art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários".

Ouvida, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República manifestou-se pelo veto ao projeto de lei, conforme a seguinte razão:

"A proposta estabelece uma ordem de prioridade para a destinação dos recursos obtidos com alienação de veículos apreendidos e não reclamados que pode impedir a União, os Estados e os Municípios de receber tributos devidos e de reaver valores dispendidos com a custódia do bem."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

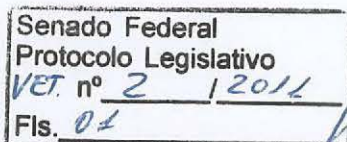
Nº 5, de 10 de janeiro de 2011.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 372, de 2005 (nº 345/07 na Câmara dos Deputados), que "Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o art. 114 e o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei, conforme as seguintes razões:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A Comissão Mista
Em 03/05/11

Mensagem nº 3

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 14, de 2008 (nº 439/07 na Câmara dos Deputados), que “Denomina José Hosken de Novaes o **Campus** Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná”.

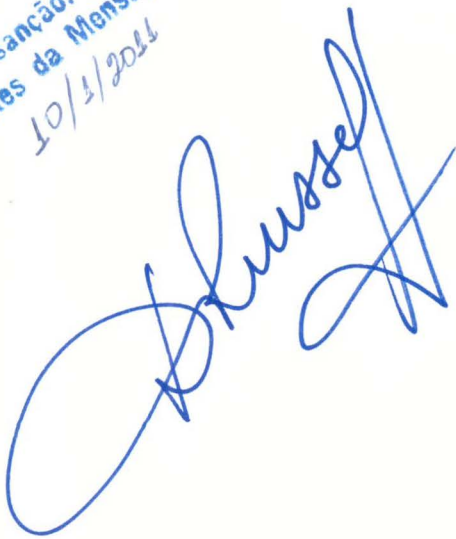
Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Educação e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razão abaixo:

“Ao denominar o **campus** de uma Universidade Federal, o projeto vai de encontro à autonomia universitária assegurada na Constituição.”

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 10 de janeiro de 2011.

Nego sanção. pelas razões
constantes da Mensagem de veto
10/1/2011



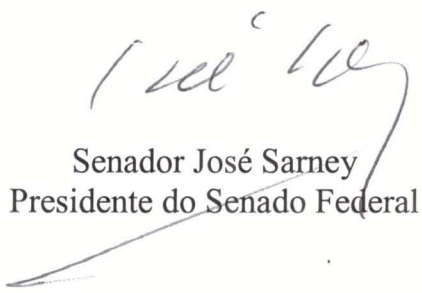
Denomina José Hosken de Novaes o **Campus**
Londrina da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, localizado no município
de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado José Hosken de Novaes o **Campus** Londrina da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina,
Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de dezembro de 2010.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Aviso nº 5 - C. Civil.

Em 10 de janeiro de 2011.


A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

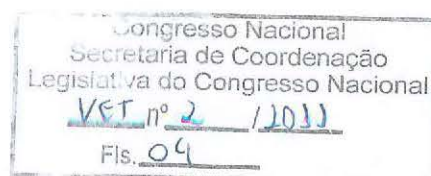
Assunto: Veto total.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem em que a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica que houve por bem vetar integralmente o Projeto de Lei nº 14, de 2008 (nº 439/07 na Câmara dos Deputados) e, na oportunidade, restitui dois autógrafos da citada proposição.

Atenciosamente,


ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Recebido 13.01.11
ad

Ofício nº 90 (CN)

Brasília, em 17 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

Senhor Presidente,

A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 2, de 2011-CN (nº 3/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2008 (PL nº 439, de 2007, nessa Casa), que "Denomina José Hosken de Novaes o **Campus** Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,

Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Secretaria de Expediente

vet Nº 2 11
Fls. 05

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2008
(nº 439/2007, na Casa de origem)

EMENTA: Denomina José Hosken de Novaes o *Campus* Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná.

AUTOR: Dep. Alex Canziani

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 14/3/2007 – DCD de 28/3/2007

COMISSÕES:

Educação e Cultura

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Severiano Alves

Dep. Colbert Martins

Dep. Leonardo Picciani
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE nº 17, de 11/3/2008

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 12/3/2008 – DSF de 13/3/2008

COMISSÃO:

Educação, Cultura e Esporte

RELATOR:

Sen. Paulo Paim – *ad hoc*
(Parecer nº 276/2009-CE)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 288, de 21/12/2010

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	2 / 2011
Fls.: 06	Rubrica: A

VETO TOTAL Nº 2, DE 2011
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2008
(Mensagem nº 2/2011-CN)

Veto publicado no D.O.U - Seção 1, de 11/1/2011

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº 2	2011
Fls.: 07	Rubrica: 9



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 271/2011/SGM/P

Brasília, 17 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 90, de 17 de fevereiro de 2011, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados, **ARTUR BRUNO (PT), LELO COIMBRA (PMDB), JORGINHO MELLO (PSDB) e ANTÔNIO ROBERTO (PV)**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto integral ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2008 (PL nº 439, de 2007 nesta Casa), que "Denomina José Hosken de Novaes o **Campus Londrina** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná".

Atenciosamente,


MARCO MAIA
Presidente

Keabj
dupl
271/2011 às 14:00




Documento : 49287-1
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 2 / 2011
Fl. 8



CN – 3-5-2011
19 horas

Sobre a mesa veto presidencial que será lido.





Veto Total nº 2, de 2011 (Mensagem nº 2/2011-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2008 (nº 439/2007, na Casa de origem), que “Denomina José Hosken de Novaes o *Campus* Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná”.



De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 2, de 2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Total nº 2, de 2011 (PLC 14/2008)

Senadores

Ana Amelia
Paulo Paim
Aloysio Nunes Ferreira
Itamar Franco

Deputados

Artur Bruno
Lelo Coimbra
Jorginho Mello
Antônio Roberto

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 23 de maio de 2011.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 2 de junho de 2011.





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

CONVOCAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 02 de 2011**, aposto ao PLC 00014 2008 (PL 00439 2007, na Câmara dos Deputados), que "Denomina José Hosken de Novaes o **Campus** Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná", **convoca** Vossa Excelência para a reunião da Comissão a realizar-se no dia **12/05/2011** (quinta-feira), às **15h**, **Plenário nº 19**, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.

PAUTA: INSTALAÇÃO DA COMISSÃO.

Secretaria da Comissão, em 11 de maio de 2011.


Sérgio da Fonseca Braga
Diretor
■ 3303-3507





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DESTINADA A RELATAR O VETO TOTAL Nº 02, DE 2011, APOSTO AO PLC 00014 2008 (PL 00439 2007 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), QUE "DENOMINA JOSÉ HOSKEN DE NOVAES O CAMPUS LONDRINA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ".

PAUTA: INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

LISTA DE PRESENÇA

1ª Reunião, realizada em **12/05/2011** (quinta-feira), às **15h**, na **Sala 19**, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.

NOME	SENADORES PARTIDO	ASSINATURA
Ana Amelia	PP	
Paulo Paim	PT	
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Itamar Franco	PPS	

NOME	DEPUTADOS PARTIDO	ASSINATURA
Artur Bruno	PT	
Lelo Coimbra	PMDB	
Jorginho Mello	PSDB	
Antônio Roberto	PV	

Secretária: Valéria Rodrigues Martins
Telefone: 3303-4252





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia doze do mês de maio de dois mil e onze, quinta-feira, às quinze horas, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 02, de 2011**, aposto ao PLC 00014 2008 (PL 00439 2007 na câmara dos deputados), que "Denomina José Hosken de Novaes o Campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná", com a presença do Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

